

Entrevista¹Com: Prof. Renato JANINE RIBEIRO²Por: Dr. Leandro PEREIRA LEITE³

JUSTITIA – Professor, qual é a sua visão a respeito do Ministério Público brasileiro?

PROF. JANINE – Existe um fenômeno na sociedade norte-americana que se chama “judicialização”. Eu previ, alguns anos atrás, que no Brasil viveríamos a “MP-ização” da política ou, se quiser, a “promotorização”, ou, ainda, a “procuradorização” da política. Isso porque o papel que os juízes nos Estados Unidos se arrogaram, tomaram para si isolar, de definir novos critérios, novos valores de dessegregação racial, na redução ou no combate ao *apartheid*, entre outras coisas, no Brasil, esse papel tem sido mais apropriado pelos membros do MP do que pelos juízes. Os juízes brasileiros têm sido quem recebe a ação e, eventualmente, a faz prosperar, mas quem, efetivamente, tem feito mais do que denunciar, enunciar novos conceitos etc. são os procuradores e, em alguns casos, talvez promotores. Eles têm desempenhado um papel importante na discussão dessa mudança de valores de focar mais em questões macro, de começar a contestar mais certas coisas. Por outro lado, desde que exerço um cargo no Poder Executivo, um cargo específico que é o de diretor de Avaliação, da Capes, que é um órgão autônomo, no sentido de autonomia financeira porque a Diretoria é nomeada, mas ao mesmo tempo é um órgão autônomo como o CNPq no sentido de que seria muito difícil o Governo nomear para a direção desses órgãos pessoas que fossem desprezadas pela comunidade científica. Então, além de prestarmos contas a nossos superiores no Estado, prestamos contas a uma comunidade que tornaria a nossa vida um inferno se não estivesse achando que o trabalho merece aprovação. Desde que estou aqui, eu tenho estado muito preocupado com outro lado. Há mecanismo de controle, às vezes do Estado, que são exacerbados porque eles são muito formais, são redundantes uns sobre os outros e se preocupam mui-

to mais com os processos do que com os produtos. Nisso entendo que entram Auditoria Controladoria, Tribunal de Contas, Ministério Público, pois todos eles correm um risco muito grande de cair no nível de formalismo. Pessoalmente, por exemplo, eu seria favorável que, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, houvesse Leis de Responsabilidade Social focalizadas talvez na melhoria da educação, da saúde, na redução da mortalidade, das doenças, e que essas leis fossem aplicadas com rigor em relação sobretudo aos eleitos, aos chefes dos Três Poderes, do Poder Executivo em nível federal, estadual e municipal. Como eles fazem isso, como executam, como conseguem isso, não é tão importante. Infelizmente, a nossa tradição é exatamente contrária, quer dizer, uma pessoa totalmente inepta, que não tenha expressividade, é capaz de passar incólume por todos os controles que nós tenhamos, enquanto alguém que tenha feito coisas importantes para a sociedade pode eventualmente ser refém de algum ato assim. Fora isso, acho que o nosso sistema legal é um sistema muito contestável, tanto as leis quanto os próprios modos de controle. Nós temos uma legislação muito boa, mas em larga medida não aplicada. Isso torna a aplicação dessa legislação, às vezes, uma questão arbitrária e uma questão que pode ser usada contra as pessoas. O meu receio, hoje, é dadas as características da sociedade brasileira, que os mecanismos de controle, tanto os internos ao Poder Executivo, Auditoria Controladoria Geral,

¹ Texto editado de entrevista gravada, sendo, portanto, passível de algum erro de transcrição uma vez que o Prof. Janine se encontrava impossibilitado de rever a edição.

² Professor de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo, pela qual se doutorou após defender mestrado na Sorbonne.

³ Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, mestre em Ciências Jurídico-políticas pela Universidade de Lisboa (Portugal) e associado do Movimento do Ministério Público Democrático. Diretor responsável da *Revista Justitia*.

quanto os do Judiciário, como também os do agora chamado Quarto Poder, o Ministério Público, e o antigo Quarto Poder, a Imprensa, que todos eles fazem das pessoas que estão ocupando um cargo público uma espécie de reféns de coisas porque, no cipoal legislativo e na dificuldade de apurar sem isso, é fácil atacar qualquer pessoa. Isso expõe muito e traz finalmente um resultado que parece bastante preocupante: o de que, conforme as coisas transcorrerem, talvez chegue um momento que só devam ter cargos públicos as pessoas ricas ou aquelas muito espertas em como esconder e que passam por desonestas. Então, acho que deveríamos ter um sistema legal e uma execução do sistema legal, e nesse ponto envolvo o MP, que fossem muito claras, fáceis de cumprir, muito focadas nos resultados e não tanto nos processos. E, para voltar à pergunta em questão, dando uma resposta final, acho a situação do MP positiva em relação à sociedade. Não acho que seja tão positiva em relação aos Poderes de Estados. Entendo que aí tivemos um nó em relação à sociedade. Há demandas no sentido de avanço social, novos costumes, reconhecimento de uniões sexuais, respeito maior aos filhos etc. Tudo isso tem sido positivo. Em relação ao princípio é positivo, mas nem sempre é conduzido de uma maneira que o isente de ser manipulado por interesses particulares, tanto por parte do MP quanto por parte da polícia, da imprensa e do próprio Executivo.

JUSTITIA – Qual é a sua opinião sobre a forma de indicação do procurador-geral de Justiça e os reflexos na política? O senhor acha que isso tem a ver com a forma de nomeação do procurador-geral de Justiça e do procurador-geral da República, que são nomeados pelos chefes do Executivo Estadual e Federal?

PROF. JANINE – Essa pergunta é difícil de responder porque, desde que começou o sistema, a Constituição de 1988 pelo menos estabeleceu uma certa “independência”. Essa maior autonomia desses órgãos, separando-os inclusive da função de Advogado-geral, seja do Estado, seja da União. Desde que isso aconteceu, as experiências referenciais históricas que temos são muito variáveis. No caso do âmbito Federal, temos dois presidentes da República que nome-

aram procurador-geral da República que não hesitaram de entrar com ação contra ele próprio (caso do presidente Collor), e contra os colaboradores do presidente (no caso presidente Lula). No caso do Collor, ele reconduziu o procurador Aristides Junqueira quando já estava em andamento a situação toda que o levaria ao *impeachment*. Então foi brincadeira de criança, o presidente Collor ter nomeado uma pessoa a quem tivesse um amor maior pelas gavetas, coisa que ele não fez. Em compensação, o presidente Fernando Henrique Cardoso nomeou sucessivas vezes a figura que talvez tenha sido a menos feliz no exercício da Procuradoria Geral da República e que não fez jus ao cargo. Deveria ter tido uma atuação mais efetiva em vez de engavetar sistematicamente processos e acusações. Portanto, não sei se podemos chegar a dizer que a forma de indicação está em si errada. Por outro lado, há o fato de que se nós elegemos um governante, há atribuições que são dele e entre elas está a escolha de certos cargos. Um paralelo pode ser feito com a eleição do reitor. No caso das estaduais paulistas em que temos a lista triplíce, em um ambiente de redemocratização, têm sido nomeados sistematicamente os mais indicados. No caso do Ministério Público Estadual, nem sempre; pelo menos no caso da primeira nomeação do Dr. Luiz Antônio Guimarães Marrey, ele não era o mais votado mas foi aceito pela sociedade. Esse procedimento ocorreu porque havia um descontentamento com o nome mais votado, que extravasava o Ministério Público. Tanto extravasava que o Ministério Público o votou em primeiro lugar, mas esta é, enfim, uma situação muito delicada. Imagino como seria a reação das Universidades se o segundo ou o terceiro mais votados fossem nomeados. Não seria uma reação boa. Por outro lado, transformar tudo isso numa corporação que escolhe o seu próprio dirigente é algo sem legitimidade. Nós não teríamos nenhuma legitimidade em uma sociedade democrática para fazer isso, até porque lá mesmo diz que o Judiciário e o Ministério Público são poderes de forte cooptação, quer dizer, são poderes que têm o elemento mais aristocrático do que democrático. Então, se o eleito do povo não tiver aí papel, é complicado. Eu já pensei que uma forma de escolha interessante seria uma eleição ampla, por exemplo, que

envolvesse atores externos ao próprio órgão. Mas hoje já não teria certeza disso por que quem seriam esses atores externos? Quer dizer, os advogados? Corre-se o risco de uma escolha muito corporativista, também via corporação, mas corre-se o risco.

JUSTITIA – E uma eleição indireta pelos Deputados?

PROF. JANINE – A Constituição de 1988 teve a idéia muito simpática que uma parte do Tribunal de Justiça da União e do Conselho da República fossem escolhidos pelo Parlamento. E os resultados não são nada apreciáveis. Na verdade, o que temos é o seguinte: este problema extravasa e isso vai muito além da representação. A Universidade de São Paulo, por exemplo, há muito tempo tem no seu Conselho Universitário representantes das três Federações empresariais, desde 1989 das confederações trabalhistas. É muito raro eles levarem o ponto de vista do capital, por exemplo, do trabalho, para a discussão acadêmica. Com frequência o vice tratava de advogados; a Fiesp, não tendo mais quem mandar, enviava um sujeito altamente capacitado que fosse advogado dela. Ele comparecia até a Universidade e o interesse dele acabava sendo aspecto formal ou, eventualmente, alguma coisa até vinculada à Faculdade de Direito e não o ponto de vista do capital em relação à Universidade, o que seria uma questão importante de ser ouvida. Da mesma forma, temos visto que, quando o Parlamento elege representantes para esses órgãos, ele tende a premiar algum senador ou deputado que não foi reeleito e que é querido pelos colegas. Assim, também isso não tem resolvido as coisas.

JUSTITIA – Professor, e quanto à forma de nomeação dos ministros do Supremo? Nós temos visto esse julgamento histórico. É uma boa demonstração a respeito de a nomeação influenciar ou não na decisão dos ministros. O que o senhor pensa sobre isso?

PROF. JANINE – Na verdade, acho que não influencie tanto porque, salvo erro, a maior parte dos ministros na atual gestão foi nomeada pelo presidente Lula e no entanto têm tomado decisões que nem sempre favorecem o Governo. Agora, acho

preocupante um sistema em que o Presidente manda já na segunda ou terça-feira uma indicação e antes do fim-de-semana já foi ouvido, sabatinado e aprovado. Quer dizer, não conheço casos de rejeição de indicações de ministro do Supremo no Brasil. Nos Estados Unidos é uma discussão extremamente minuciosa, até porque eles têm a noção que o ministro do Supremo vai fazer a política do país, e, como lá não existe a compulsória, os ministros podem ficar por quase cinquenta anos como presidente da Corte Suprema. O atual Chief Justice, John Roberts Jr., foi nomeado com quase cinquenta anos (hoje completos). A Corte Suprema de 2060 poderia estar ainda com ele. Talvez por isso, talvez por ser um sistema do Common Law, talvez por ser um sistema em que o tribunal tem mais importância, a sociedade é muito atenta a isso. Talvez a proposta mínima fosse os ministros do Supremo serem interrogados segundo determinado roteiro, que poderia ser previsto em lei, com atores externos também, uma espécie de audiência pública, um processo mais amplo. Ou, ainda, mesmo que o Senado permaneça como órgão responsável por referendar o presidente, continue nomeando e o Senado homologando, mas tem que haver uma vasta exposição pública das idéias, do histórico de tudo dessa pessoa. Creio que já seria um grande avanço e não necessitaria de mexer em nada constitucional, nem mesmo no equilíbrio dos Poderes. Essa é uma hipótese. Hipótese de eleição, eu não consigo ver. Como disse, em alguns países o Congresso elege ministros pelo Supremo, têm mandato, alguns países da América Latina de até quinze. É possível. Se tivéssemos um controle cultural forte sobre isso, se garantíssemos, por exemplo, que a pessoa estaria em exposição forte por pelo menos quinze dias, via TV Senado e TV Justiça, muitos atores sociais poderiam se credenciar para levantar questões, certamente avançaríamos.

JUSTITIA – A publicidade seria um grande elemento de desenvolvimento democrático?

PROF. JANINE – Seria. Por exemplo, num caso de nomeação mais recente de alguém que cujas convicções religiosas muito fortes fazem suspeitar que tal-

vez seja levado por elas a determinados julgamentos. Creio que convicções morais geralmente vêm mesmo da religião, a maior parte empiricamente. Não vejo isso como um impedimento total. Mas eu diria que se discutíssemos durante quinze dias, um mês a questão talvez tivéssemos avanços, talvez o nome fosse retirado, recusado, ou pelo menos talvez tivéssemos um compromisso firme, talvez tivéssemos uma definição melhor dessa situação. Quer dizer, qual é a relação entre a religião e o exercício de um cargo judicial. Há, portanto, muitas questões. O que tem acontecido em vários países é que hoje o Judiciário é uma caixa importante de discussão de valores da sociedade. Então, temos que ampliar isso. Na Itália ele é, nos Estados Unidos é, e, no Brasil, em certa medida. E isso é muito importante.

JUSTITIA – O senhor tem alguma idéia do modelo ideal de formação para os novos integrantes do Ministério Público, de como eles possam ser preparados para enfrentar uma nova sociedade mais democrática?

PROF. JANINE – Há vários anos, dei uma aula na Escola Superior do Ministério Público em São Paulo sobre esse assunto. Tenho conhecimento de alguns problemas. O primeiro deles é a dificuldade, mesmo em São Paulo onde os salários são melhores que em muitos estados, de preencher todas as vagas. E creio que há também um problema relativo à aprovação de gente muito jovem, mesmo às vezes sem experiência, tanto para o Ministério quanto para a Magistratura. Houve até uma novela da Globo, muitos anos atrás, em que a atriz representava o papel de uma juíza em começo de carreira extremamente dura na sentença. E era dura por imaturidade, não tinha ainda vivência. Esse é um problema sério. É claro que um advogado de boa qualidade pode ganhar muito bem em um escritório, então isso é um elemento justificável para se pagar um bom salário para quem julga e para quem defende a sociedade, mas acho que conseguimos juntar vários pontos, a meu ver, preocupantes. Quer dizer, pouca maturidade de vida e formação ainda inicial. Entendo que uma escola dessas deveria atender com mestrado profissional, um modelo da Capes como o Instituto Rio Branco se tornou. O Instituto Rio Branco formou diplo-

mata durante mais cem anos, creio, mas de uns cinco ou seis anos para cá transformou isso num mestrado profissional avaliado pela Capes, e que tem melhorado ano a ano. Talvez fosse uma coisa lá ele sai terceiro-secretário e mestre em relações internacionais. Poderíamos pensar um modelo desse tipo, que fosse um modelo articulando conhecimentos teóricos, o que ele necessita saber, no caso do Direito. O Direito é algo ambíguo porque não existe uma ciência chamada Direito. Não é uma ciência a rigor. É um conjunto de práticas, de valores etc., que inegavelmente se enriquece muito de várias ciências. Dependendo do trabalho do advogado, do procurador, tem, inclusive, que tomar conhecimento de assuntos dos quais ele é profundamente leigo. O juiz que está julgando o caso TAM, por exemplo, tem que se defrontar com inúmeros assuntos que fogem à esfera de seu conhecimento e, às vezes, toma decisões que podem não ser corretas. Pode ter sido equivocado requisitar os documentos se de fato existe um acordo, uma legislação que proíbe tal procedimento. Então são coisas muito difíceis e essas pessoas têm que ter uma maturidade maior. Fora isso, há certa tendência a criar varas específicas – ou mesmo Câmaras específicas, no caso do Rio Grande do Sul. Câmaras específicas para mau gestor. Durante muito tempo, achei que seria muito bom ter uma vara específica para crimes cometidos por agentes públicos, funcionários públicos. Também é uma coisa que tem o lado positivo, quer dizer, estou pensando mais no caso do juiz do que no do promotor porque o juiz pode condenar. Mas pode ter um lado ruim também porque se a pessoa tiver um viés determinado, ela faz uma política disso. No caso do promotor não é tão grave porque, se tiver um viés determinado, ele é controlado pelo juiz. Mas o juiz profere a sentença e, apesar de haver recurso, ela pode, enfim, resultar em problemas. Portanto, temos que lidar com duas questões diferentes: de um lado, a especialização necessária, e, de outro, a necessidade de uma abertura de espírito, quer dizer, ele vai evitar que a especialização se torne sectarização. É um risco que existe, ou o poder conferido de maneira não democrática, seja um procurador, seja um juiz, para, por hipótese, deferir toda a política do funcionalismo público de uma cidade, por exemplo, algo do gênero.

JUSTITIA – Professor, como o senhor vê a importância do Ministério Público como fator desencadeador da participação política da sociedade?

PROF. JANINE – É aquilo a que me referi como “MP-ização”, “promotorização”, “procuradorização”, como se queira chamar, da política. Há uma coisa muito curiosa no Brasil. Apesar de termos uma sociedade dinâmica, em certos momentos a sociedade é mais suscitada por algo externo a ela do que por ela própria. Por exemplo, muitos preconceitos que a sociedade brasileira tem, ou tinha, foram enfrentados antes de mais nada pelas novelas da Globo. As novelas dessa emissora colocaram em cena trinta anos atrás a questão do preconceito contra a mulher. Bom, pode-se dizer que aí já havia a militância feminina. Mas foi uma novela da Globo que colocou o preconceito contra a síndrome de Down. E nada a obrigava a isso. E certamente o efeito que esta novela teve em favor do portador da síndrome foi muito maior do que qualquer campanha isolada na televisão. Então, temos uma coisa curiosa, que é uma sociedade dinâmica mas que em certos momentos há um catalisador externo e que não sabemos nem por que está agindo, à toa. O caso das novelas da Globo também é um grande mistério. Manoel Carlos, que por uma grande razão foi tomado por um particular carinho pelos portadores da síndrome de Down, e, por causa disso, a este homem devemos a mudança no respeito a alguns milhares de pessoas, que, estatisticamente, pode ser pouco, mas para cada uma delas é uma multidão. É uma coisa de uma nobreza muito grande, quer dizer, sem que isso corresponda a nenhum interesse econômico da rede. Pelo visto ela deixa rédea livre aos seus autores, eles podem escolher o tema que quiserem e se não quiserem escolher nenhum tema não escolhem. As novelas atuais da emissora, que eu me lembre, não têm nenhum tema específico, a não ser, sim, a defesa de uma honestidade, mas esse é um tema constante, freqüente, e eu diria que o Ministério Público exerceu, muitas vezes, um papel semelhante. Quer dizer, às vezes tem certas demandas que deveriam emanar de grupos sociais e nós as vimos surgir entrando na cena pública pela ação do Ministério Público, por meio de interpretações legais, interpretações de tex-

tos constitucionais, interpretações de outras disposições que vão impondo coisas. Por exemplo, a área de Direito da Capes decidiu que um programa de Direito de Pós-graduação tem que ter acesso aos portadores de deficiência. Acho que, mesmo que eu não tivesse nada disso, talvez não chegasse ao ponto de ter de fechar o programa, mas é uma sinalização forte que a Arquitetura, por exemplo, não fez, por curioso que seja. Temos, portanto, uma expansão dentro da área do Direito que é uma coisa interessante feita por aí. E isso às vezes vem junto com movimentos sociais, ou precede ou converge. Esse é um dos fenômenos bonitos da atuação do Ministério Público e, de fato, penso que o tema é bem desencadeador. Ele tem uma atuação política que se dá nos seus próprios termos, mas em certos assuntos, em certos nichos, sejam novelas, seja Ministério Público, tem um papel espantoso. É algo muito bonito, muito positivo.

JUSTITIA – Foro privilegiado e suas repercussões políticas diante do princípio de igualdade. Qual é a sua visão a respeito do foro privilegiado?

PROF. JANINE – Devo confessar que sobre este assunto eu tenho uma grande dúvida, quer dizer, o argumento em favor do foro privilegiado que entendi lendo a literatura a respeito é o seguinte: a pessoa desfruta dele enquanto exerce a função. Então, quem exerce um cargo no Governo Federal pode ser processado em determinado foro, dependendo do cargo, pode ser processo perante tal e qual Tribunal, dependendo, em tal ou qual Comarca, dependendo de tal e qual Comarca se aplica, enfim...

JUSTITIA – Não seriam juízes.

PROF. JANINE – Sim, mas quer dizer numa determinada localização geográfica geralmente conhecida de onde ele está. O argumento que ouvi em favor do foro privilegiado foi, salvo engano, uma discussão a respeito de se durante o exercício do cargo cabe ou não o foro privilegiado. Parece-me razoável dizer que sim. Entendo que um determinado prefeito de São Paulo na deve ser destituído por uma sentença elaborada monocraticamente por um juiz. Isso é erra-

do fazer. Não pode um juiz – entre centenas que operam, talvez milhares no Estado – destituir o eleito do povo sem mais. Tem que ter pelo menos a decisão de uma Câmara, de um Colegiado. Desse ponto de vista, enquanto o cargo se exercer, acho que o foro privilegiado tem certo sentido. Agora, o argumento que eu ouvi em favor do foro privilegiado é que vencido o mandato de alguém essa pessoa pode ser processada em qualquer lugar. Então, no caso de alguém que teve uma abrangência Federal na sua atuação, ela pode ser processada do Oiapoque ao Chuí. A minha preocupação aí é muito pragmática. Quer dizer, quem tem dinheiro para responder a esse tipo de ação? Quem tem condições de eventualmente contratar um advogado aqui e ali. Vou dar um exemplo: reitores. É muito comum reitores serem processados no Tribunal de Contas da União porque algum ato por eles autorizados violou uma formalidade. E se trata disso: formalidade. Então, quando os reitores saem do cargo, eles já levam em consideração que vão ter que pagar uma conta, vão ter que contratar advogado, vão ser multados, vão ter problemas. Isso tem a ver com essa nossa mania do formalismo, extrapola a questão do foro privilegiado. Temos que tomar muito cuidado com as medidas chamadas moralizadoras para evitar que elas não tragam o resultado exatamente oposto ao desejado. Porque uma boa parte delas apenas encarece a corrupção. Essas medidas contribuem para que a pessoa que vai se corromper trate de fazê-lo com muito mais cuidado, muito mais cautela, e também com muito mais custo e dano para a sociedade. Portanto, hoje eu não teria uma opinião sobre foro privilegiado, mas falando de um ponto de vista muito pelos efeitos dele sobre a política brasileira. Ora, se, por exemplo, a pessoa, uma vez terminado o exercício de seu cargo, fosse acusada num local e o processo tramitasse no local de residência dela, já teria muito menos problema. O que não pode haver é a situação de entender a Justiça como uma espada de Dâmocles, como uma arma que é utilizada por razões menores. O foro privilegiado protege contra isso. Protege em excesso. E isso acaba introduzindo outra questão, que é a da imunidade parlamentar e a questão da

representação que temos, quer dizer, a proporção de pessoas processadas no Parlamento é maior do que na sociedade. Tem o lado que é natural porque pode haver muito processo político, de intenção política, pode haver muito processo por crime contra a honra, por acusações que a pessoa tenha feito, que não necessariamente levarão essas pessoas a serem condenadas. Pode ser preocupante vermos que entre os nossos eleitos há uma proporção significativa de pessoas acusadas, cujos processos muito raramente chegam a termo. Quer dizer, é muito raro haver uma condenação. Creio que o que incomoda a sociedade é muito mais a carência de conclusão para isso. No caso desse promotor, esse garoto que matou outra pessoa na praia, o que incomoda muito a sociedade é isso. E nesse ponto, sim, me preocupa bastante porque nos últimos quinze anos, eu diria o seguinte: desde o momento da queda do Collor, tivemos um avanço extraordinário em vários aspectos, mas a expressão ética na política não foi um avanço. Se pensarmos em três termos: comportamento dos partidos, ética na política e instituições, eu diria que, do ponto de vista dos partidos, nos estabilizamos num sistema de dois partidos centrais que são os melhores que temos, ou os menos piores. Do ponto de vista do respeito às instituições, asseguramos que elas funcionam. Quer dizer, está funcionando. Nunca o Brasil esteve tanto tempo com instituições livres e funcionando. Do ponto de vista da ética na política, a percepção popular é que a coisa está igual ou pior. Não sei se isso é verdade. Não temos acesso aos dados reais sobre a corrupção e é quase impossível de obtermos porque a corrupção bem-feita quase não deixa rastros. Agora, para ficar na questão mais atinente à nossa conversa, que é a das instituições, creio que as instituições funcionam no condomínio entre elas, pois não conseguiram um respeito por parte da sociedade. As instituições não são respeitadas socialmente. E cada movimento em falso numa Casa legislativa, num órgão do Judiciário, no Poder Executivo, no Ministério Público, a imagem é muito negativa, o custo é muito alto.

JUSTITIA – O senhor acha que esse passo em falso pode ser representado por essa decisão do Ministério Público em confirmar na carreira esse promotor que assassinou o rapaz na praia?

PROF. JANINE – Esse é um caso. Há vários outros, mas nem estou discutindo a representatividade do caso na atuação geral do Ministério Público. No entanto, acho que a sinalização desse caso para a sociedade é lamentável. Não estou discutindo os motivos técnicos, como também esse é um caso que trata de autoria clara e nítida. Um caso mais ambíguo, que é o do presidente do Senado, Renan Calheiros, este, sim, comporta muito mais discussão. No de José Dirceu, que também comporta muita discussão e não se sabe, enfim, o que é verdade e o que não é. Mas também nesses casos a opinião pública se revolta. Temos, portanto, a situação de uma opinião pública que está predisposta contra e isso é muito preocupante. Então vamos até esquecer por um instante se ajusta ou não ajusta a decisão dos Poderes constituídos. A questão é que passa a todo mundo que essa é a razão quando alguém diz que o Supremo jamais condenou nenhum político. Então, isso passa despercebido. Não deponho a favor do Supremo, muito ao contrário, mas isso significa que se condenou ou não um criminoso de verdade, não sei. Fora isso, é bastante absurdo pensar que cabe ao Supremo Tribunal Federal agora proceder ao julgamento de quarenta pessoas. Despropósito total, quer dizer, como deveriam ser julgadas? Isso deveria ser incumbência do STJ ou então deveríamos ter um Tribunal Constitucional à parte. O STF se afogaria em processos, mas teríamos um Tribunal Constitucional que resolvesse questões realmente de primeiro plano.

JUSTITIA – Matéria Constitucional. O Tribunal Constitucional é muito nobre para fazer tudo o que o nosso Supremo Tribunal vem fazendo.

PROF. JANINE – Pois é. Inversamente à posição norte-americana, é superpreocupante porque enquanto em tese o nosso STF tem que acolher toda representação que a ele chega e dar-lhe continuidade, a Corte do Supremo escolhe. Há assuntos que ela decide simplesmente não tratar e que caem num vazio jurí-

dico. Quer dizer, pessoas que têm certamente mais que a fumaça de bom direito e cujos assuntos jamais foram ou serão encaminhados. Então a Corte Suprema Norte-americana, por mais digna de elogio que seja, por mais reputação que tenha, ela tem elemento de profunda injustiça nisso também. No nosso caso, se tirássemos tudo isso, que é competência recursal do Supremo, ou mesmo esse caso de julgamento em primeira instância, ou única instância, se tirássemos isso e deixássemos apenas a parte relativa à Constituição e, talvez, alguma legislação mais nobre, provavelmente avançaríamos. Mas esse é um ponto muito difícil, quer dizer, podemos avançar por etapa. Ou seja, resolver cabalmente é muito difícil, para continuar só nesse ponto. Tenho refletido a respeito da competência legislativa municipal, cada Município tem a sua competência legislativa, o que significa que temos hoje mais de cinco mil e seiscentas formas diferentes de legislar sobre tributos, incluindo União, estados e municípios. Então isso se modifica, nada disso é permanente. As possibilidades que existem, ou seja, por um lado, o paraíso dos advogados e dos contadores, e, por outro, questões que poderiam talvez ser homogeneizadas nacionalmente. Talvez o Brasil ganhasse se ele fosse um Estado menos Federativo e mais unitário em certas questões, em certos pontos fossem os mesmos se houvesse um padrão ISO 9000, digamos, porque não é só a questão de serem diferentes, vão mudando – o que valeu de tanto a tanto, o que vale de tal qual – isso é preocupante, aumenta o nível de confusão. Imagine um ministro do Supremo julgando um processo em que está sendo alegado violação do direito constitucional, mas que envolve mudança tributária em uma Lei Municipal. Pode acontecer isso. O ministro tem que saber qual Lei vigorou em 1991, qual vigorou em 1992. Isso é desumano...

JUSTITIA – Hoje em dia está se falando muito na Lei da Mordaca com relação aos jornalistas, ao pessoal de imprensa e a formação de um Conselho. O que o senhor pensa sobre essas iniciativas legislativas atinentes à “lei da mordaca”?

PROF. JANINE – Esse assunto é complicado. Por exemplo, existe um código de ética das altas autoridades

federais que é aplicado no Poder Executivo até o nível dos ministros, até o nível DS6, que é o nível imediatamente superior ao meu, mas que também se aplica aos diretores de Fundação, que é o meu caso. Estou sujeito a esse código, que estipula uma série de regras entre as quais não é lícito a uma alta autoridade federal criticar outra em público. E já manifestei mais de uma vez que isso é até muito razoável, e o chamo de código de disciplina e não de código de ética. É um regimento disciplinar. No quartel existem certas regras que se deve cumprir, assim como em qualquer lugar. Daí a chamar certas regras de ética... é preciso tomar cuidado. Ética é outra coisa. No código de ética poderia ter: "é obrigatório toda alta autoridade federal, sabendo de um ilícito, comunicá-lo a seu superior ou a quem possa resolvê-lo e, não tendo resposta, denunciar em público". Isso seria ética, não seria outra coisa. Mas entendo um pouco porque a nossa sociedade não é uma sociedade democrática, mas, sim, uma sociedade emótica, quer dizer, o povo não tem a cracia ou cratose, o povo não tem o poder. O povo é o grande destinatário do discurso, ele não é o emissor do discurso e, sim, o receptor de um sem-número de discursos e esses discursos são sensacionalistas. Assim, a possibilidade que há nesses discursos de deixarem manchas que depois não possam ser limpas é muito grande. O que fazer em relação a isso? É um problema difícil. Eu sempre fui favorável à punição *a posteriori*, quer dizer, a impedir qualquer controle prévio mas estabelecer punições posteriores pesadas, não necessariamente privativas de liberdade, mas gravosas, de modo que as pessoas que cometam algum absurdo não saiam disso incólume. Essa posição sobrecarregaria ainda mais os tribunais, não há dúvida. O respeito à liberdade de expressão é mais importante, mas também é muito importante o respeito à imagem da pessoa, à sua intimidade. Esse é um assunto muito difícil de ser abordado. Lembro-me de um romance de Heinrich Böll, *A Honra Perdida de Katharina Blum*, que deu origem a um belo filme alemão de uns vinte ou trinta anos atrás. A moça, uma alemã, hospeda na casa dela um rapaz que depois se descobre que é um terrorista perseguido pela polícia e a vida dessa moça é devassada

por uma cadeia de imprensa sensacionalista. Esse filme é um marco jornalístico. E isso causou um choque muito grande porque é claro que o filme está vendo as coisas do lado da personagem, mas a *Veja* fez um artigo atacando, defendendo o jornalista, e dizendo que estamos na ditadura. E o jornalista é uma espécie de herói. Então, como o jornalista, um herói da livre informação, um herói da luta contra a ditadura, pode ser apresentado como um bandido, como um criminoso, alguém que destrói a vida de uma pessoa? Esse é outro assunto que para mim é muito difícil apontar onde estaria o limite. Agora, vejo que o Judiciário tem trabalhado nessa questão, quer dizer, há uma discussão freqüente hoje no Brasil a respeito de qual seria o limite da liberdade de expressão e qual seria o da preservação da intimidade. No caso das biografias do Garrincha e de Roberto Carlos, a meu ver – pelo menos no caso da de Roberto Carlos que li e constatei que é extremamente elogiosa –, entendo que o confisco é um exagero, mas, de um lado, ele mostra que há um viés de proteção da imagem da pessoa, do que a pessoa quer ou não que seja retratada da vida dela. De outro lado, há um interesse, um direito público. Como vamos conseguir matizar isso tudo? Não sei se alguém já resolveu essa questão no mundo de uma maneira muito clara porque também se pode argumentar que, quando a pessoa é pública, seus atos também são públicos – e a imprensa costuma pensar dessa maneira. Sim, mas até onde? Minha vida amorosa tem algum interesse público? Meu *hobby* tem algum interesse público? Nenhum. A não ser que afete alguma outra coisa. Acho que é um desses pontos em que o direito à intimidade, à presunção de inocência, ao nome, ao renome, se choca com a liberdade de expressão, com a liberdade de informação etc., e fazer a divisão fica difícil. Para dizer a verdade, tenho pensado ultimamente no que significa a polícia expor uma pessoa que foi presa. É muito comum a polícia apresentar uma pessoa que foi presa, acusada de determinado crime. De certo ponto de vista, ela não deveria fazer isso porque as pessoas têm a presunção de inocência ainda e se forem inocentadas poderão eventualmente acionar a polícia, e mesmo assim não teriam de volta o que perderam.

JUSTITIA – E no Direito Constitucional a principal discussão que se trava, hoje, em termos mundiais, é exatamente esse sopesamento entre direitos individuais e coletivos. E qual é o fiel da balança, qual é o ponto ideal que vamos chegar é algo muito complicado.

PROF. JANINE – E, a rigor, talvez nem seja bem o caso porque se a pessoa é inocente então não houve nenhum direito coletivo prejudicado pela inocência dela. Por outro lado, vamos acabar com os repórteres policiais, não vamos noticiar crimes? Eu lhe perguntava, antes desta entrevista, quanto à condenação pelo Júri, sentença de pronúncia, sentença de denúncia. Antes disso, temos aprisionamento pela polícia. Ou seja, temos várias etapas até a pessoa ser pronunciada e condenada e a sentença transitar em julgado, que é uma etapa suplementar. Só vamos dar o nome da pessoa quando transitar em julgado? Na Inglaterra, crimes cometidos por menores são processados normalmente e só quando o caso é concluído o nome do menor é divulgado. Eu estava lá em 1992, quando dois meninos, todos pequenos, de sete, oito anos, assassinaram uma criança de dois ou três anos. Uma história muito triste. Os nomes deles foram divulgados. Foram condenados a ficar presos ao bel-prazer de Sua Majestade, o que significa, na verdade, que, se tiverem sorte, serão reeducados, receberão nova identidade. Mas se tiverem sorte. Têm mais chances de ter sorte do que aqui no Brasil, sem dúvida. Mas é um assunto muito delicado em si. Porém, uma coisa é discutirmos isso no só plano, porque o Governo quer calar a boca, o Governo quer foro privilegiado. Outra coisa é pensarmos nos termos em que estamos discutindo... Qual é o direito que uma pessoa tem de não ser importunada, por exemplo. O nosso Código do Consumidor talvez vá até longe demais, quando proíbe uma pessoa de ser cobrada no local de trabalho, por exemplo. Mas há situações constrangedoras.

JUSTITIA – Papel da mídia e suas repercussões sobre processos rumorosos. Essa é uma questão que nos preocupa.

PROF. JANINE – É. Eu tenho tido uma decepção muito grande com a mídia. Acho a mídia brasileira muito fac-

ciosa. Ela tem certas posições tomadas. Até foi muito salutar ela ter sido derrotada nas eleições; talvez isso ensine alguma modéstia, algum respeito à posição diferente. Mas temos que distinguir duas coisas na mídia: uma é a opinião. Tem partes da mídia que são claramente de opinião e, por conseguinte, o jornal tem direito de veicular: sua página de editorial, os artigos assinados em certos lugares. Isso tudo, não entendo que deveria ter muita controvérsia; é desejável que ela expresse diferentes opiniões, enfim, o jornal tem esse direito. Por outro lado, na parte noticiosa, embora não haja nunca objetividade, imparcialidade, sempre haja um foco, o jornal tem que lidar como se houvesse imparcialidade. Ele tem que acreditar nessa coisa que não existe. Li isso uma vez no jornal *Le Monde*. No começo do *Manual da Folha*, esse jornal brasileiro dizia alguma coisa assim, depois mudou. Portanto, um texto de jornal hoje é, muitas vezes, já uma tomada de posição política muito clara. Fulano de tal, envolvido no escândalo tal; envolvido é um termo extremamente vago. Quem está envolvido? Podemos dizer que a criança que Mônica Veloso teve com Renan Calheiros está envolvida no escândalo. Está envolvida sim, e então existe uma coisa aí que é muito delicada, além do fato de que a nossa mídia está muito mais numa posição de centro-direita do que outra, isso deixa a informação dela muito complicada. E eu tenho sentido uma queda na leitura dos jornais das pessoas que conheço. E uma dificuldade, então, da formação da opinião pública. Agora um conceito em que não acredito é o dos formadores de opinião. Trata-se de um conceito segundo o qual a classe média de hoje seria o povo de amanhã. O que a classe média acha, depois o povo vai achar. Se o candidato tal começa sendo bem-querido no grupo tal, por exemplo; notamos que nos últimos anos isso não sucedeu, que há interesses mais claros, econômicos, em jogo e isso eu acho que tem um lado muito positivo. Quer dizer, apesar de uma boa parte da classe média ter entendido que ela estava votando por valores éticos e que o povo estava votando comprado, recusando-se essa classe média a reconhecer que ela também vota comprado, porque ela também está sendo sustentada pelo dinheiro público uma vez que o dinheiro público sempre foi mais para ela do que para os outros, e para os ricos mais ainda, penso que

estamos em uma situação em que a disputa pelo quinhão do bolo está mais equilibrada, os mais pobres estão disputando de maneira mais protagônica a sua parte. Precisaremos ter em algum momento uma imprensa que expresse isso. Mas não é fechando os órgãos atuais, é regulando, criando outros órgãos que concorram com os existentes no mercado.

JUSTITIA – Uma imprensa menos tendenciosa no que tange à formação de opinião, menos influenciada por Goebels ou coisa parecida?

PROF. JANINE – Goebels talvez seja ir longe demais...

JUSTITIA – Lógico...

PROF. JANINE – Acho que, efetivamente, a informação deveria procurar ser mais objetiva, as opiniões deveriam ser mais equilibradas... Mas há um lado também curioso, que é o seguinte: em muitas questões que já foram, no Brasil, alvo de conflitos ásprios, nós estivemos a ponto de quase-acordo – com relação à educação, à saúde, temos uma convergência hoje entre PT e PSDB como nunca houve antes. A grande diferença é que o PSDB quer uma parte grande no setor privado, o PSDB quer privatizar, o PSDB quer dar dinheiro ao setor privado. Essa é uma grande diferença. Agora, o conteúdo de ensino, o princípio da avaliação, a importância da saúde preventiva, esses não são mais fatores de controvérsia. São muito poucos os fatores de polêmica. Uma das coisas que me chamam atenção é que, às vezes, há muita histeria. O objeto não comporta paixões tão acesas. Tenho duas interpretações meio controversas. A primeira é o preconceito contra o presidente Lula, o preconceito contra o operário – o fato de um operário estar no poder faz que algumas pessoas sintam seu orgulho ferido. E isso vai desde eleitores até líderes políticos. A outra questão, que não está tão longe, é que, quando no começo do primeiro mandato do Governo o PT deu a impressão de que faria a agenda do PSDB, o argumento dos tucanos era: “veja como nossa agenda era boa, o PT está fazendo pior do que nós”. A coisa ficou pesada e virou clima de guerra quando o PT começou a fazer me-

lhor do que eles. Vou dar um exemplo claro: a questão da educação superior. O Ministro anterior conseguiu gerar um antagonismo enorme que o atual não gerou. Isso significa que as medidas podem ser parecidas, mas ampliou-se a base de diálogos, ampliou-se a base de sustentação. Há coisas que são intoleráveis, por exemplo, considero greves em universidades uma coisa muito errada, mas entendo que reduziu muito o teor de conflito. Então me chama a atenção – nessas coisas rumorosas, em que às vezes não há proporção entre o barulho e a causa do barulho. No caso do Marcos Valério, deplorável sim, mas pelo visto foi prática corrente e o presidente do PSDB na época tinha sido beneficiado. Vai ser denunciado? Talvez. Vai fazer o quê com isso tudo? Sou muito favorável, nessa coisa toda há uma exposição da verdade e de recomeço, mesmo que tivéssemos que fazer uma coisa tipo África do Sul, uma comissão de verdade de reconciliação, porque quem abrir todo o jogo você anistia, você não vai ter nenhuma punição privativa de liberdade, você garante talvez multas etc. Mas não priva de liberdade. Mas um dos grandes problemas nisso tudo que estamos discutindo é a hipocrisia nacional. O Brasil é um país muito hipócrita. Então, as situações que são cometidas por um e que são consideradas normais, se cometidas por outro podem ser condenadas, e cada um puxa para o seu lado. É muito ruim.

JUSTITIA – Liberdade pública e escuta telefônica. Qual é o fiel da balança? O senhor considera que está havendo excessos nas escutas telefônicas?

PROF. JANINE – Estamos fazendo na Capes um controle dos cursos em larga medida com critérios estatísticos e isso está sendo uma coisa muito boa porque estamos notando, digamos, a produção deles, a qualidade também. É claro que, se examinarmos os juízes em função da sua produção de sentenças sem saber da qualidade e importância, isso resultará em erros. Hoje, a cultura estatística foi tão longe que ela torna possível pegar amostragens bem-selecionadas, torna possível pegar questões que assegurem alguns pontos básicos, fundamentais, com os quais um Conselho Nacional deve se ocupar. Aliás, todos os Conselhos que regulam devem assegu-

rar que haja sentenças bem-proferidas, que os processos não durem demasiados etc. Esses devem ser alguns pontos básicos de um Conselho, muito mais do que pinçar uma pessoa ou outra e julgá-la. Ele deve assegurar que o sistema funcione e ter alguma forma de delegação ou de atribuição pela qual eventuais indivíduos que estejam desempenhando mal suas funções sejam excluídos, ou sancionados, punidos, alertados. Isso engata na pergunta a respeito das grandes necessidades da reforma do Judiciário. Entendo que o Judiciário padece, desde eras muito antigas, de dois grandes problemas: morosidade e injustiça. Às vezes ambas estão ligadas, às vezes não. Certa demora na sentença é até necessário para que se faça justiça, mas, por um lado, uma decisão tomada muito às pressas pode ser uma decisão tomada de afogadilho e apaixonada e, portanto, ela pode ser injusta. Por outro lado, uma decisão muito demorada é bastante negativa. Isso significa repensar a questão de quantos recursos são possíveis, até onde é possível recorrer e em função do que se pode recorrer. Isso exige, por sua vez, um equilíbrio entre o quanto estamos dispostos a aceitar de injustiça em determinados casos ou o quanto estamos dispostos a aceitar de morosidade. Explicando melhor. Se, por exemplo, eu disser que uma sentença está transitando em julgado, quando chegar à segunda instância não caberá mais recurso. Acabou. Podemos, portanto, ter jurisprudências muito diferentes aplicadas de formas diferentes, dependendo das atividades da segunda instância; padronizaria de qualquer forma o seu espaço geográfico, jurisdicional. Podemos, então, perder eventualmente de ter uma justiça seguindo o mesmo padrão em nível nacional. Ganhamos no sentido da agilidade processual da economia. Parece-me também que um assunto passível de solução seria pegar um grande número de processos sobre casos análogos. Em decorrência dos pacotes da atuação dos governantes, há muitos processos de natureza repetitiva. Creio que seria importante tentar trabalhar isso. Eu colocaria hoje, como prioridade nacional do Judiciário em termos de gestão, ele pegar os processos de natureza repetitiva – pouquíssimos devem ser de natureza penal, muitos devem ser de natureza tributária ou coisa do gênero – e tentar fazer com isso uma limpe-

za de pauta e de uma vez por todas. Nesse sentido, sou, em princípio, favorável à súmula vinculante. Em princípio. Quer dizer, se você tem certos pontos resolvidos e, eventualmente, alguém discorda daquela súmula, você poderia apelar ao próprio órgão que a editou e pedir que seja revista com base em uma argumentação não antes examinada, mas não poderia a coisa ir prosperando por sucessivas instâncias. Outro ponto é o uso maior da arbitragem. Muita coisa que chega no nível do litígio poderia ter sido resolvido antes. As questões de família, por exemplo, mereceriam um papel muito maior de arbitragem, até mesmo para não deixar as pessoas mais machucadas, uma vez que entram elementos de mágoa, de sofrimento, de dor. Na verdade, repensar o Judiciário exigiria uma série de atuações que dizem respeito ao perfil de sociedade. Se pensarmos mais na arbitragem, e no sentido amplo da arbitragem, estaremos pensando na sociedade em que o elemento solidário poderá estar presente. Então, às vezes alguns falam “Tribunais de Vizinhos” ou coisa semelhante como se fosse uma justiça terrorista, mas algum tipo de conciliação nesse nível pode ser melhor do que a pessoa ter de ir até a delegacia para fazer B.O. [boletim de ocorrência], ou levar o caso à Justiça etc. Pode ser melhor, pode ocasionar menos traumas, pode fazer que as pessoas se exponham mais, e acho que há coisas que poderiam ser mais bem definidas pelo próprio legislador. Por exemplo, conceito e união estável. Esse conceito foi interpretado de forma diferente, em diferentes estados e épocas. Teve um momento que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro considerava cinco anos e o Tribunal de Justiça de São Paulo considerava dois anos, ou o contrário, depois, dada a flexibilidade das relações hoje, não indicava que precisava nem morar sob o mesmo teto. Então, acho que é a única Lei que a gente tem que permite uma transferência de propriedade sem nenhum documento. Quer dizer, uma transferência de propriedade por pura suposição de suposição de suposição ou, em outras palavras, hoje está muito mais protegida a pessoa com dinheiro que se casa do que a pessoa com dinheiro que namora. São situações que, apesar de haver uma evolução dos costumes, o Judiciário pode acompanhar. Mas o Legislativo tem que fixar certos parâmetros –

por exemplo, a união estável são cinco anos vivendo sob o mesmo teto? São dois anos morando em casas separadas? Isso é uma decisão política. Há uma transferência de propriedade? Como se apura isso? São os arquétipos pós-casamento? Como é o pós-união? Como ele se dá? São coisas que vão criando um volume de trabalho que às vezes se torna assustador. O que me assusta no Judiciário é sobretudo o volume de coisas.

JUSTITIA – Essa falta de poder de decisão do Legislativo no que tange a colocar na lei determinados parâmetros, colocar na Constituição determinadas idéias e normas, relegando para uma legislação infraconstitucional, sempre essa falta de coragem do nosso Legislativo, repercute diretamente no Judiciário?

PROF. JANINE – Repercute, porque o Judiciário tem que resolver as coisas. Há o Juizado de Pequenas Causas – que agora tem outro nome mas o nome inicial é muito bonito – ele é importante para mais pessoas darem fé ao Judiciário, resolverem problemas, mas também, digamos, o custo da ação para o Estado provavelmente é muito maior do que o benefício para o vencedor da ação. São várias questões. Acabei sendo um tanto pragmático e colocando um pouco questões de gestão, mas é que acho que essas questões não se desvinculam das questões de princípio, quer dizer, quando pensamos o efeito que uma medida moralizadora vai ter na prática, o efeito de corruptor, trazemos à tona uma questão muito grave. Ou seja, quantas boas intenções podem ter dado resultados opostos. Quando falamos, o Juizado de Pequenas Causas é muito bom porque fez justiça ao crédito todo, mas daí tem que impedir um magazine popular de usar isso para cobrar crediário, quando você toma esses cuidados... Por exemplo, teve um tempo que era possível selar, com R\$ 0,1, a carta social. Ainda existe o selo a esse

valor, só que ela tem que ser manuscrita, o envelope tem que ter remetente pessoa física, pesar até dez gramas e não pode enviar mais do que cinco por dia. É para a comunidade carente. Suponhamos que fosse assim o acesso ao Juizado Especial. Quer dizer, Casas Bahia não pode, quem tem CNPJ não pode. Mas você tem que medir o tempo todo o custo-benefício disso.

JUSTITIA – Tem um custo muito alto.

PROF. JANINE – É. Tem um custo muito alto. Agora, quando pegamos a pequena criminalidade, a infância, a adolescência, o tratamento é outro. À exceção dos casos irrecuperáveis, que já existem, os demais são casos de reinserção de filho pródigo. Nunca fui uma pessoa religiosa. Hoje mesmo eu não sei se creio em Deus ou em um ente superior, mas acredito muito em certos religiosos. Tem certas coisas que só uma pessoa imbuída de um sentimento religioso muito forte é capaz de fazer. Dedicar-se aos meninos de ruas que vivem na criminalidade, que às vezes já cometeram crimes graves, acreditar na recuperação deles, se empenhar por eles ...

JUSTITIA – São pessoas superiores.

PROF. JANINE – No filme *Os últimos Passos de um Homem*, em que uma freira, representada no papel por Susan Sarandon (Irmã Helen Prejean), acompanha Sean Penn (Matthew Poncelet) nos últimos dias dele. Um trabalho enorme até que por fim ele reconhece qual foi a parcela de culpa dele no crime. Então, é tanto trabalho por tão pouca coisa (entre aspas), mas que no fundo é isso que vale. Se compararmos com Manoel Carlos e Gilberto Braga, fazendo milhares de portadores da síndrome de Down serem aceitos. Estatisticamente é muito pouco, mas não há muita alternativa hoje. Senão vamos viver na selvageria.